

Rádios Comunitárias

Em prol da Comunicação para o Desenvolvimento¹

Patrícia Mota Paula

Jornalista
e Investigadora
da Linha
de Investigação
em Africanologia
e Lusofonia
UEICTS

Texto e Fotos
são da autoria
de Patrícia Mota Paula

A IMPORTÂNCIA DA RADIODIFUSÃO NA GUINÉ - BISSAU

“Nos países em vias de desenvolvimento, a maior parte da população vive da terra e, muitas vezes, permanece isolada devido ao analfabetismo e à falta de transportes. Ora uma sociedade não pode progredir senão quando a população rural tiver a possibilidade de comunicar com o resto do país e de participar activamente na vida da comunidade nacional. A radiodifusão, quando utilizada correcta e habilmente, revela-se o meio de comunicação mais eficaz para essas populações distantes. No nosso caso torna-se evidente a importância da rádio na preservação e reforço da unidade nacional, no apoio ao esforço comum de uma dinâmica colectiva para o desenvolvimento sócio-económico, na educação cívica, moral e política dos cidadãos.”

Francisco Barreto de Carvalho in “A radiodifusão na Guiné - Bissau: Historial, Problemas e Perspectivas”, Págs. 65/66

RESUMO

Instrumentos puros de “empowerment”, as Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau são hoje reconhecidas pelas instituições internacionais de auxílio de emergência e de auxílio ao desenvolvimento como meios de comunicação privilegiados, em resultado não apenas da sua proximidade das audiências como também pela influência exercida a nível local pelos seus radialistas, distribuídos pelas nove regiões administrativas do país, e cuja função varia desde a extensão do sistema educativo à difusão das campanhas de saúde pública, da aprendizagem contínua técnica ou social à própria coesão étnico-social, ao desenvolvimento da participação democrática e ao reforço da cidadania.

Palavras-Chave: Globalização, Guiné-Bissau, Rádios Comunitárias, Desenvolvimento Sustentável, Boa-Governança, Democracia Participativa, Cidadania.

ABSTRACT

Sheer instruments of empowerment, Community Radios in Guinea-Bissau are recognized today by international institutions of emergency and development aid as privileged communication means, as a result not only of their proximity to local audiences but also for the influence exercised at local level by their broadcasters, distributed through the nine administrative areas of the country, and whose

¹ Este artigo apresenta alguns dados que compõem a Dissertação de Mestrado com o tema “Guiné-Bissau: os media em crise”, defendida em Março de 2006 no ISCTE, sob orientação do Prof. Doutor José Rebelo.



function varies from the extension of the educational system to the diffusion of public health campaigns, to technical or social continuous learning as well as to ethnic-social cohesion, and to the development of democratic participation and reinforcement of citizenship partaking.

Key Words: Globalization, Guinéa-Bissau, Community Radios, Sustainable Development, Good-Government, Inclusive Democracy, Citizenship.

Correm dias nervosos na Guiné-Bissau

Após alguns meses de investigação na Guiné-Bissau - onde estive com o propósito de averiguar «qual a evolução do papel das Rádios Comunitárias enquanto instrumentos de participação cívica», imprescindíveis ao reforço da Cidadania num contexto de Globalização -, a impressão que se tem de Bissau é a de que ainda estão por saborear os benefícios efectivos da paz: ruas e casas totalmente destruídas, falta de recursos materiais e financeiros, actividade económica praticamente paralisada² (exceptua-se a economia informal que, todavia, mantém níveis de desempenho de subsistência), aparelho de Estado financeira e institucionalmente débil, apoios à reconstrução ameaçados (perante a desilusão e cepticismo de países e entidades doadoras), intensa crítica internacional e instabilidade das instituições democráticas marcam o dia-a-dia das populações, cada vez mais dependentes do apoio externo.

À supracitada lista de problemas, acrescentam-se acontecimentos recentes que impedem a estabilidade do país: aumento exponencial do narcotráfico colombiano; agravamento das tensões políticas: assassinatos dos generais Ansumane Mané (2000) e Veríssimo Correia Seabra (2004); dissolução da Assembleia Nacional Popular e consequente exoneração do governo de Martinho N'Dafa Cabi (Março 2008), insubordinação de sectores das Forças Armadas: duplo assassinato do Presidente “Nino Vieira” e do Chefe do Estado-Maior

² De acordo com o mais recente relatório do PNUD - 2007/2008 -, em 2005, a Guiné-Bissau apresentava um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no valor de 0,374 e um PIB per capita (Dólares PPC) de 827n (estimativa do Banco Mundial baseada numa regressão), encontrando-se na antepenúltima posição.

das Forças Armadas, Tagmé Na Waié (Março 2009) - após tentativa abortada de Golpe de Estado (Julho 2008), ataque à residência presidencial (Novembro 2008) e alegada tentativa de assassinato do CEMGFA (Janeiro 2009) -; grave epidemia de cólera (segundo as Nações Unidas, 224 óbitos em 14.201 casos da doença - Dezembro 2008); falta de papel reciclado impede saída regular dos jornais (prejuízos avultados para a imprensa); dívida das instituições bancárias estimada em 20 mil milhões de Francos CFA – governo de Carlos Gomes Júnior herdou um país de cofres vazios e com vários meses de salários em atraso numa função pública recorrentemente em greve; falta de engajamento das autoridades para por termo às intrigas e à violência comprometem o futuro deste PALOP, situado entre o Trópico de Câncer e a linha do Equador. Note-se: há mais de uma década que nenhum Presidente eleito termina o seu mandato, coibindo a normalidade democrática e o desenvolvimento... tão almejados por Amílcar Cabral quando desencadeou a luta nacionalista de libertação.

PNUD coloca Guiné-Bissau no 175º lugar do IDH

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo, ocupando o 175º lugar – num total de 177 países – no Índice de Desenvolvimento Humano de 2007/2008, apresentado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Factores como a elevada taxa de analfabetismo, uma economia primária pouco desenvolvida, a insuficiência de quadros profissionais qualificados, infra-estruturas sanitárias deficientes, políticas económicas desajustadas, investimentos públicos polémicos e falta de transparência do poder instituído contribuem para a actual situação económico – financeira do país que, reduzido a escombros e cicatrizes profundas – resultantes de sucessivas crises políticas e conflitos étnicos – tenta ainda reencontrar a sua coesão e o seu orgulho nacional.

A República da Guiné-Bissau está na mira da Comunidade Internacional que tem acompanhado «in loco» a actual instabilidade política (resultante das fragilidades decorrentes da guerra civil que viveu há dez anos) bem como apoiado os sucessivos esforços nacionais no processo de retorno à normalidade. Após inúmeras conversas informais, várias entrevistas e infindáveis testemunhos de rua, é por

demais evidente a vulnerabilidade de uma titubeante Democracia e do próprio Estado (executivo concentracionista, judiciário frágil e politicamente dependente, instituições inoperantes, fraco poder de compra, total descapitalização económica, desertificação empresarial, silenciamento da Comunicação Social e consequente ausência de liberdade de imprensa) vislumbrando-se, no entanto, fortes possibilidades para a sua consolidação, tendo em conta um fenómeno comunicacional a vários títulos revolucionário: as Rádios Comunitárias.

Desafios da Boa Governação democrática

Apesar de cansado e traumatizado, o povo guineense acredita ser possível sair desta encruzilhada e deposita grandes esperanças no novo governo saído das legislativas e no Presidente recém-eleito, Malam Bacai Sanhá. O Presidente assassinado, “Nino” Vieira, enfrentava crescentes críticas, a nível nacional e internacional, pela falta de democracia e pela demora na realização dos compromissos internos que assumiu para com o povo guineense. Partidos políticos, sindicatos, ONG's e Órgãos de Comunicação Social acusavam-no de arrogância, corrupção, incompetência, imaturidade e falta de diálogo. “A Guiné-Bissau vive, de novo, momentos de instabilidade política, alimentada pelo simbolismo da ditadura encarnada pela pessoa do general João Bernardo “Nino” Vieira que, a exemplo de todo o seu percurso de estadista (1980 a 1999 e de 2005 até quando...?) tem contribuído para o retrocesso global das aspirações e motivações de desenvolvimento da Guiné-Bissau. Nino Vieira simboliza a guerra, a desgraça, a morte, a tortura, a perseguição, em suma: a negação dos direitos, liberdades, garantias e deveres fundamentais aos guineenses. O país está, de novo, perante uma crise que pode empurrar os guineenses para uma guerra fratricida”, diz Fernando Casimiro.³

E é com base nestes últimos acontecimentos que surge uma certeza: os enormes desafios que se colocam ao Estado e à sociedade civil neste momento de viragem. Destacam-se: reforma da administração pública, consolidação das instituições democráticas, resta-

³ Abaixo-Assinado contra a Ditadura, pela Paz, Democracia, Legalidade e Estabilidade na Guiné-Bissau. In: http://www.didinho.org/abaixoassinado_contra_a_ditaduranaguinebissau.htm (24. 03.2007).

belecimento pleno de um Estado de Direito, superação dos problemas económicos e sociais, modernização da educação (construção de escolas, formação de professores e aposta no ensino superior), captação de investimentos estrangeiros e privados, criação de espaços de diálogo nacional, o regresso permanente da massa crítica entretanto emigrada, aposta prioritária na Saúde (luta contra a elevada taxa de mortalidade infantil⁴, formação de quadros de cuidados de saúde, reabilitação de hospitais e combate às doenças infecciosas que proliferam no país - SIDA, Tuberculose, Malária e Cólera).

Há países que, em determinado momento histórico, assumem um protagonismo inacreditável, de que é exemplo a Guiné-Bissau. Chegada a um beco sem saída, esta Nação vê-se, agora, obrigada a fazer escolhas vitais que decidirão do seu futuro como Nação. A verdade é que, num momento em que se registam algumas condições políticas desfavoráveis a iniciativas promotoras de um desenvolvimento sustentável, as Rádios Comunitárias conheceram a maior expansão de todos os tempos, a que não será alheio o facto de exigirem um engajamento sério e activo das comunidades e suas respectivas autoridades tradicionais, baseado nos princípios de parceria, equidistanciamento político-partidário e respeito pelas tradições locais.

Popularização das Rádios Comunitárias

Enquanto nalgumas partes do mundo ouvir rádio é, antes de mais, uma rotina diária, na maior parte dos países do Sul (Guiné-Bissau incluída) é o único meio de comunicação acessível para uma população maioritariamente iletrada ou para segmentos cujo salário não lhes permite comprar um televisor. A este respeito, o jornalista guineense Ladislau Robalo afirma que “quando utilizada de maneira correcta e credível, a rádio é o meio mais seguro e menos dispendioso pois consegue ultrapassar múltiplas barreiras: de distância, do Estado, do analfabetismo e da diversidade de grupos-alvo. O papel da rá-

⁴ De acordo com o mais recente relatório do PNUD - 2007/2008 –, em 2005, a Guiné-Bissau apresentava os seguintes valores: Esperança de Vida à Nascimento: 45,5 anos (estimativas para o período de 2000-05); Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nados-vivos): 124; Taxa de Mortalidade Materna: 1,100 (dados ajustados com base nas revisões realizadas pela UNICEF, OMS e Fundo das Nações Unidas para a População).

dio na transformação qualitativa e quantitativa desses indicadores (saúde, produção, alfabetização) passa pela acção de informar, educar e transmitir conhecimentos que permitem às populações dominarem melhor as vias para soluções adequadas.”⁵

A Guiné-Bissau foi o primeiro PALOP a dar início à experiência de «rádio comunitária»⁶, a 07 de Fevereiro de 1994, num contexto marcado pela abertura política ao multipartidarismo e à liberalização económica e por iniciativa pessoal de José Henriques (conhecido pela promoção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação adaptadas ao desenvolvimento deste PALOP). Foi com grande entusiasmo e esperança no futuro que a ONG “Acção para o Desenvolvimento” (AD) apostou na criação da Rádio Voz de Quelélé (RVQ), que viria a ser encerrada a 24 de Março do mesmo ano pelo Ministro dos Transportes e Comunicações. O agendamento das primeiras eleições multipartidárias para 1995, reforçava o medo e a desconfiança do poder político face a este instrumento considerado letal à sua permanência na governação. Em Novembro de 1994, a cidade de Bissau foi literalmente invadida por uma epidemia de cólera e tornou-se premente a reabertura, à revelia do poder político, desta Rádio, graças à qual um bairro inteiro “Quelélé” quase sobreviveu: apenas um morto, em contraste com outros bairros onde a doença vitimou centenas de pessoas. Programas de sensibilização sobre higiene individual e colectiva, desinfecção dos poços de águas, remoção do lixo público, controlo do estado de saúde e evacuação dos doentes sintomáticos para o Hospital central, constituíram a chave do sucesso. O Ministério da Saúde reconheceu publicamente o êxito deste órgão de comunicação social e as Rádios Comunitárias conquistavam, assim, o seu espaço de intervenção e o seu direito de cidadania. Meses depois, surgem mais 5 rádios comunitárias e, após o conflito de 1998/99, regista-se a popularização das mesmas (**Quadro I**).

⁵ Declaração obtida a 21.02.2007 numa entrevista presencial nas instalações da ONG INFORMORAC.

⁶ “A rádio Comunitária define-se em cinco aspectos: fins não lucrativos, apropriação comunitária, propriedade e controlo Comunitário, participação comunitária, rádio barata (sustentabilidade a longo prazo)”. In: Conferência das Rádios Comunitárias (Luanda, 20 e 21 de Setembro de 2006).

Esta experiência positiva tem sido acompanhada de perto por outros países africanos e lusófonos, nomeadamente Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, África do Sul, Tanzânia, Timor-Leste e Brasil. Nos últimos 14 anos, estes media contribuíram de forma significativa para o reforço efectivo da Cidadania em África. Estes últimos dois anos ficaram, inclusive, marcados pela popularização em grande escala, na Guiné-Bissau, das rádios comunitárias – ou de proximidade, como são mais frequentemente conhecidas. De “tesouro” semi-clandestino partilhado por apenas alguns (poucos) ouvintes, as rádios comunitárias transformaram-se em poucos anos num verdadeiro fenómeno comunicacional de massas, contando-se hoje mais de trinta na Guiné-Bissau e às centenas ou milhares no resto do mundo (ninguém saberá com exactidão).

Vantagens destes instrumentos de participação cívica

Entre a imensa reflexão que tem sido produzida sobre a “radiofonia comunitária”, de carácter científico ou meramente informal, dois tipos de argumentos destacam-se como a base do crescimento exponencial desta nova ferramenta comunicacional. O primeiro argumento, de natureza funcional, remete para o seu papel decisivo na facilitação de acesso à informação, educação e sensibilização das comunidades, contribuindo assim para o reforço da cidadania. Noutra linha de argumentação, de âmbito cultural, as rádios comunitárias têm vindo a constituir-se como espaços de debate e de confrontação de ideias entre os diferentes grupos sociais, políticos e económicos, com visões e interesses diferentes.

Contudo, o leque de vantagens é bastante mais alargado como explica Fátima Proença, da Associação para a Cooperação entre os Povos (ACEP): “são geridas por jovens voluntários, baseiam-se na tradição da oralidade das sociedades africanas, têm em conta o alto nível de analfabetismo, permitem funcionar com equipamentos simples/baratos, proporcionam a fixação de jovens no meio rural e o acesso a novos conhecimentos, isto porque, veiculam debates entre professores, enfermeiros, administradores locais, ONG`s e organizações de base que aproveitam para discutir as diferentes abordagens do desenvolvimento”.⁷

⁷ Declaração obtida em Abril de 2006 numa entrevista presencial nas instalações da ACEP.

Na Guiné-Bissau, as rádios comunitárias surgem exactamente como forma de expandir a informação até às zonas mais recônditas, permitindo o intercâmbio de pontos de vista, experiências e ideias para o progresso das regiões. Verdadeiros agentes de desenvolvimento, as rádios comunitárias são mais do que simples companheiras. Elas “sentem” o pulsar das tabancas (aldeias) onde “vivem” e procuram as respostas para todas as perguntas. Quase sempre com poucos recursos (materiais, financeiros e humanos), mas sempre com muita força de vontade de quem lá trabalha, eis as rádios que dão verdadeiro sentido ao conceito de serviço público: “Este novo conceito de rádio é vocacionado para as preocupações mais imediatas de uma comunidade e vai ao encontro de determinada área geográfica ou interesse comunitário. Não têm lógica de dinheiro ou publicidade. O seu propósito é diferente, os seus melhores esforços são colocados à disposição da sociedade civil. Este serviço é ligeiramente político: é uma questão de influenciar a opinião pública, criar consenso, negar a conformidade, delinear e impulsionar a democracia. O objectivo último é construir uma vida em comunidade”⁸, conclui Ana Baptista, da ONG INDE (Intercooperação e Desenvolvimento).

Perguntas que exigem respostas...

Mas... como definir estes meios alternativos às rádios comercial e estatal? Que oportunidades encerram? Que problemas enfrentam? Que valores difundem? Que temáticas abordam? Por que legislação se regem? Que recursos humanos mobilizam? Que formação exigem? Que equipamentos utilizam? Quem as financia? Projectos futuros (inovações)? As respostas às questões suprarreferenciadas têm sido veiculadas ao longo dos anos, no âmbito dos vários Encontros Nacionais das Rádios Comunitárias, organizados pela RENARC⁹, com o apoio da ONG guineense AD e da ACEP. Estes eventos anuais reúnem participantes de rádios comunitárias e/ou projectos de rádio dos vários PALOP`s, sendo que cada um deles é

⁸ Declaração obtida em Janeiro de 2005 numa entrevista presencial nas instalações da ONG INDE.

⁹ A decisão de criação da Rede de Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC) foi tomada no dia 8 de Abril de 2001, em S. Domingos, aquando do Vº Encontro das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau.

responsável por apresentar a experiência do seu país e deixar recomendações que podem ser úteis no delineamento da Estratégia Nacional de Comunicação dos países envolvidos. Significativo, porém, que a consciência do papel potencial das rádios comunitárias no “empowerment”¹⁰ da sociedade civil leve alguns governos a impedir a sua criação ou a limitar a sua expansão.

Potencialidades «versus» Fraquezas Internas

“Os resultados são excepcionais. Os moradores do bairro participam em massa nos programas, trazem as suas cadeiras de casa e vêm assistir em directo ao decorrer dos mesmos em estúdio, uma vez que frequentemente os participantes são chamados a mostrar ao vivo as formas de dança antigas, enquanto o locutor as vai descrevendo em simultâneo. É de realçar o enorme esforço que as Rádios Comunitárias vêm fazendo na colecta e registo da música folclórica e daquela que está ligada à realização de várias cerimónias religiosas e pagãs”¹¹, acrescenta Jorge Handem, director da Escola de Artes e Ofícios de Quelélé.

Apesar de contribuírem para uma “democracia participativa”¹² identificam-se algumas fraquezas internas: instabilidade de quadros (animadores trabalham voluntariamente), dificuldades de acesso a formação adequada, diversificada e permanente em domínios jornalísticos, problemas técnicos de reparação e manutenção de equipamentos (não existe uma uniformidade de soluções neste domínio), problemas de acesso a fontes de energia renováveis e a baixo

¹⁰ “O movimento de *empowerment* é consequência de uma evolução nas concepções de autonomia e responsabilidade dos indivíduos, e de uma maior consciência dos mecanismos de discriminação e exclusão que se geram na sociedade. O caminho histórico que alimentou este conceito visa a libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelam injustas, opressivas e discriminadoras, através de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana”. In: PINTO, Carla. “Empowerment, uma Prática de Serviço Social”, 1988, in BARATA, O (coord), *Política Social* – Lisboa: ISCSP.

¹¹ Declaração obtida a 12 de Fevereiro de 2007 numa entrevista presencial nas instalações da ONGAD.

¹² “A democracia participativa implica o envolvimento directo e activo na tomada de decisões que dizem respeito à comunidade, e mesmo na sua execução, por parte de todos os elementos da comunidade”. In: PINTO, Carla. “Empowerment, uma Prática de Serviço Social”, 1988, in BARATA, O (coord), *Política Social* – Lisboa: ISCSP.

custo, ausência de receitas uniformes (**Quadro II**), dificuldades de contacto e articulação entre as diversas rádios (nomeadamente as que se situam em meios rurais), dificuldades de intercâmbio com outras experiências nesta e noutras regiões do mundo, nomeadamente na CPLP.

Para o radialista Emílio Costa, os perigos são reais: “A pouco e pouco, a rádio acaba por se divorciar da comunidade: os programas obedecem apenas aos critérios individuais dos radialistas que trabalham livremente (sem prestar contas a ninguém) e os interesses financeiros começam a provocar a criação de grupos internos que iniciam processos de boicote e guerra entre si”.¹³

Quanto às recomendações, Agnelo Regala, da Rádio privada Bombolom-FM, é peremptório: “As rádios comunitárias devem: 1) valorizar as línguas locais visando ultrapassar barreiras étnicas e cultivar uma verdadeira identidade nacional, 2) organizar debates, mesas redondas, alargar leques de expressão à antena, dar voz aos silenciados, 3) incrementar acções que visem levar os Governos a reconhecer o serviço público prestado, 4) articular-se em redes mais amplas para a difusão das suas emissões, 5) criar um rosto próprio, uma linha editorial coerente com a sua missão de servir a comunidade, dentro do princípio de democratização da palavra e da gestão democrática da sociedade e 6) lutar por uma legislação própria, cuja ausência as torna vulneráveis e desprotegidas pela Lei”.¹⁴

Diversidade de Formatos

As rádios comunitárias - distribuídas pelas nove regiões administrativas da Guiné-Bissau - têm propostas para todos os gostos: algumas optam pela **INFORMAÇÃO** (mensagens de nascimento ou falecimento, de organização de cerimónias tradicionais ou religiosas, para solicitar a vinda de um parente, para anunciar viagens ou para convocar reuniões); outras preferem a **CULTURA** (contam-se

¹³ Declaração obtida a 16 de Fevereiro de 2007 numa entrevista presencial nas instalações da RVQ.

¹⁴ Declaração obtida a 27 de Fevereiro de 2007 numa entrevista presencial na sua residência pessoal.

histórias de vida, recordações da juventude, anedotas, pedem-se conselhos e resolvem-se contendas; algumas (poucas) afirmam-se pela diferença, numa cruzada cúmplice pela defesa da **FORMAÇÃO** (sensibilização sobre temas fundamentais relativos à cidadania, ao desenvolvimento sustentável, aos direitos humanos, à mortalidade infantil, ao ambiente, à saúde e aos direitos das mulheres). Por último, as que vivem da **RECREAÇÃO** (fatia substancial): programas de música (discos pedidos e dedicatórias), de entrevistas com novos artistas, de promoção de cantores locais, desportivos e teatro radiofónico.

Rádios Comunitárias: múltiplas definições, uma missão...

As rádios comunitárias assumem-se, hoje, como instrumentos revolucionários de “desenvolvimento comunitário”¹⁵, graças à oportunidade de ampliação, extremamente limitada, do espaço público – uma espécie de tribuna do povo, à qual todos podem aceder em condições de (relativa) igualdade e exercer livremente a crítica, o pensamento, a criatividade e a interacção. Talvez seja esta a solução, pontual ou definitiva, para a esterilidade em que mergulhou o debate de ideias nos media tradicionais, cada vez mais controlados por um leque restrito de fazedores de opinião. Arrisco-me a dizer que se trata de um novo jornalismo capaz de resistir ao jugo da comunicação-espectáculo e capaz de se desenvolver nas fendas de um mundo em constante mutação.

“Democratizar a palavra e a gestão para democratizar a sociedade”, é assim que o radialista Adão Nhaga define estas ferramentas que dão voz aos sem voz. Para a Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC), “Uma Rádio Comunitária não se identifica pela potência do seu sinal, nem pela frequência, a licença ou propriedade do meio, não procura o lucro mas sim servir a sociedade civil

¹⁵ Para o antropólogo Xerardo Pereiro (UTAD – Pólo de Miranda do Douro), “A expressão desenvolvimento comunitário entrou na linguagem internacional para designar o conjunto de procedimentos por meio dos quais os habitantes de um país unem os seus esforços aos dos poderes públicos com a finalidade de melhorar a situação económica, social e cultural das colectividades, de associar estas colectividades à vida da nação e de permitir-lhes contribuir sem reserva ao progresso do país”. In: [http://www.miranda.utad.pt/~xerardo/ANT.APLICADA/TEMA%206/TEMA%206\(AA\).doc](http://www.miranda.utad.pt/~xerardo/ANT.APLICADA/TEMA%206/TEMA%206(AA).doc)

e prestar um serviço político fortemente mobilizador para influenciar a opinião pública, criar consensos e ampliar a democracia, enfim, construir a comunidade.”¹⁶ Mas existem outras definições extremamente esclarecedoras, de que é exemplo a apresentada pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA): “uma estação de radio-difusão da comunidade, instalada na comunidade, cuja programação e manuseamento (utilização) é da responsabilidade de actores locais (população, organizações e instituições – cultura, escolas, igrejas, saúde, etc. – locais) e que presta serviço em prol do desenvolvimento da comunidade”.¹⁷

A meu ver, e tendo em conta a investigação levada a cabo no âmbito das Teses de Mestrado e Doutoramento, eu diria que «Rádio Comunitária» é a tribuna das preocupações e interesses das comunidades locais normalmente marginalizadas e excluídas, servindo simultaneamente de escola de aprendizagem democrática onde, individual ou colectivamente, as prioridades fundamentais são expressas e exigidas. Elas constituem, sem dúvida, uma «Estratégia Nacional de Comunicação para o Desenvolvimento», gerada e gerida pela sociedade civil.

Constituindo-se como meios alternativos às rádios comercial e estatal, elas são o media com mais poder de base na era global, funcionam como instrumentos de aproximação, participação cívica e entretenimento e garantem a salvaguarda do direito elementar dos povos e comunidades à redescoberta e protecção das suas raízes e marcas identitárias próprias. Em suma, são óptimos fora de auscultação e divulgação de ideias das respectivas comunidades, contribuindo para: a) desenvolvimento socio-económico b) reforço da unidade nacional, c) aperfeiçoamento da cidadania, d) educação cívica, moral, técnica e política, e) emancipação humana.

¹⁶ Repertório das Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau – 2003 (disponibilizado pela AD em 2007).

¹⁷ Documento «Orientações Gerais sobre as Rádios Comunitárias», ADRA.

Sucesso «versus» Ausência de Legislação

Quanto ao sucesso, “deve-se, em parte, à capacidade demonstrada por todos de encarar o processo como uma apropriação gradual por parte das comunidades rurais e não como uma entrega intempestiva, do género “chave na mão”, assim como ao facto de não ter existido uma calendarização do processo mas sim e apenas a preocupação de acompanhar a dinâmica temporal de envolvimento da comunidade, cujo ritmo é muito próprio, estimulado aqui e acolá através de incentivos de capacitação e de alvitre de renovações”¹⁸, salienta Tomane Camará, coordenador de programas da AD.

Quanto aos constrangimentos, urge mencionar que, embora as comunidades se sintam parte integrante destes mass-media, falta ainda criar mecanismos mais planificados de gestão, controlo e acompanhamento dos mesmos por parte das respectivas comunidades (só recentemente começaram a surgir esforços pontuais de implicação dos membros das comunidades das zonas radiofonicamente cobertas na escolha da programação e na sua própria participação nos órgãos de decisão). A investigação no terreno permitiu-me aferir que não existe, até ao momento, a nível legal, um estatuto especial para as Rádios Comunitárias (sem fins lucrativos), funcionam com licenças provisórias (podem ser encerradas a qualquer momento pelo poder político) e pagam as taxas e os impostos em pé de igualdade com as Rádios Comerciais (o que põe em causa a sua sustentabilidade). Apesar da sua dinâmica ilegal, os radialistas garantem que estas rádios são valorizadas e reconhecidas pela comunidade e pelo próprio Estado, dando como exemplo o Ministério da Saúde que veicula as suas campanhas de vacinação através dos seus microfones.

Vantagens da comunicação ascendente...

Sendo as rádios nacionais, regionais e, mesmo, locais, meios dirigidos e utilizados por entidades governamentais ou entidades proeminentes do sector privado, essa comunicação é feita de forma

¹⁸ Declaração obtida a 14 de Fevereiro de 2007 numa entrevista presencial nas instalações da ONG AD.

algo unilateral. Pelo contrário, as rádios comunitárias - porque são voz directa e representativa das várias comunidades - comunicam em sentido ascendente, constituindo ferramentas únicas de envolvimento, descentralização e desenvolvimento sustentável. As rádios comunitárias surgem, neste cenário, como um meio de comunicação alternativo, fundamentado numa ética que respeita o ser humano e o meio ambiente, promovendo a cultura, a educação, a saúde, as artes, tendo como principal foco os interesses da comunidade¹⁹ e a participação popular.

“Fixação de preços e taxas, situação da oferta e da procura de vários produtos (óleo de palma, castanha de caju), técnicas agrícolas, tipos de organização, modelos de conservação e gestão do meio ambiente, prevenção de doenças, capacitação dos jovens, melhoramento de técnicas de comunicação, informação de mudanças climáticas, educação sanitária e combate ao abuso de poder constituem alguns temas que diferentes grupos sociais (agricultores, pastores, pescadores, comerciantes, empresários, apicultores; administradores, técnicos, políticos, etc.) debatem”²⁰, explica Braima Sissé, chefe de redacção da RVQ.

Núcleo de Mulheres Radialistas: sinal positivo de mudança

Outrora dominado por homens, o panorama radiofónico comunitário guineense apresenta, hoje, uma imagem mais feminina. Excluídas de alguns espaços sociais, sem possibilidades de aprender a ler e a escrever o “idioma” dos homens e assoberbadas em tarefas caseiras, muitas mulheres encontram nas rádios comunitárias um escape à monotonia quotidiana e uma via para comunicar com os seus pares. “Devido ao aumento exponencial da participação feminina na radiofonia comunitária guineense (em 2005, estavam filiadas na RENARC 67 mulheres), impôs-se criar soluções para dinamizar o

¹⁹ Para o antropólogo Xerardo Pereiro “A comunidade é um conceito polisémico, muito estudado nas ciências sociais, que pode fazer referência a um grupo humano organizado que vive em um espaço concreto e delimitado, mas não basta com falar de um território para entender esta noção, pois a comunidade também está definida pelos seus recursos e pelas interações sociais desenvolvidas entre os seus membros”. In: [http://www.miranda.utad.pt/~xerardo/ANT.APLICADA/TEMA%206/TEMA%206\(AA\).doc](http://www.miranda.utad.pt/~xerardo/ANT.APLICADA/TEMA%206/TEMA%206(AA).doc)

²⁰ Declaração obtida a 18 de Fevereiro de 2007 numa entrevista presencial nas instalações da ONGAD.

sector. Decidiu-se, por isso, criar o «Núcleo das Mulheres Radialistas» da RENARC, cujo objectivo principal é capacitá-las para assumir postos de responsabilidade nas suas respectivas rádios”²¹, refere a coordenadora, Liberdade dos Santos.

A criação deste Núcleo efectivou-se aquando do 8º Encontro Nacional das Rádios Comunitárias (Buba, 18-20 Maio, 2004), durante o qual o jornalista Aramata Sano, da Rádio Djalicunda, lembrou a excelente dinâmica de intervenção e experiência das mulheres malianas nas Rádios Belikam e Djintam, dizendo que têm estruturas aceitáveis e funcionais em termos de organização e programação, gozando esta última de grande prestígio popular devido ao programa “A Mulher e a Feira”. Alguns participantes lamentaram o abandono precoce da escola pelas jovens raparigas, o que constitui um entrave à ascensão de carreira e respectiva ocupação de lugares de chefia. Quanto às recomendações finais, destacam-se: reforço da sua formação jornalística, promoção da sua afirmação social enquanto radialistas e incentivo de intercâmbio com as profissionais das rádios rurais do Senegal e do Mali.

“Num país onde o telefone ainda é caro e onde a rede de telemóveis só abrange uma pequena parte do território, as Rádios Comunitárias têm uma importância que excede a vivência política do momento, funcionam como «contadores de histórias» que, de tabanca em tabanca, difundem as novidades. Este núcleo de radialistas constitui, sem dúvida, uma tentativa de tomar o pulso ao país e arrumar a casa. As mulheres estão um pouco cansadas da má gestão dos homens e querem dar o seu contributo. A questão da igualdade de género e da possibilidade de criação de uma quota é discutida na Assembleia Nacional Popular mas ainda não há nada no papel”²², alerta a jornalista da RTP África, Marta Jorge.

Conclusões Finais...

As “Rádios do Povo” constituem, assim, a minha mais recen-

²¹ Declaração obtida a 12 de Fevereiro de 2007 numa entrevista presencial nas instalações da ONG AD.

²² Declaração obtida a 13 de Fevereiro de 2007 numa entrevista presencial nas instalações da ONG AD.

te descoberta e o meu objecto de estudo mais acarinhado. Constató, no entanto, que a maioria das pessoas desconhece por completo o conceito... acanha-se quando abordo o assunto, procura respostas noutros interlocutores e escusa-se a alvitrar opiniões.

Umhas com menor alcance, outras ouvidas numa área geográfica mais alargada; algumas centradas em temáticas específicas, outras detentoras de uma programação mais abrangente; a maioria com escassos recursos, apenas um número limitado com equipamentos modernos; umas de cariz urbano (mais dedicadas aos jovens), outras rurais (vocacionadas para as preocupações mais imediatas de uma comunidade), algumas pertencentes a ONG's, outras criadas por associações, igrejas ou mesmo oriundas de iniciativas privadas... mas todas com um objectivo comum: promover, a longo prazo, uma sociedade democrática mais saudável e participativa.

Não interessa quem está por trás da voz, importa sim que a comunidade reconheça a estação como sua e a transforme num fórum saudável de discussão entre juventude, mulheres, terceira idade, ONG's, Igreja, Sindicatos, Associações de Base, etc. Muitas vezes em confronto com o poder político, sem enquadramento legal e caracterizadas pela ausência de radialistas formados, encontram na popularidade junto das comunidades a única forma de conquistar um espaço de sólida intervenção. E porque fazer Jornalismo inclui conhecer os contextos sociais e culturais, cabe aos radialistas guineenses participarem activamente na construção da sociedade, sensibilizando e integrando os cidadãos num processo de desenvolvimento sustentável e, consequentemente, encontrar o seu papel na Glocalização.²³

Já dizia Eça de Queiroz, “glocalização é fazer questão de falar mal a língua estrangeira e bem o próprio idioma. Glocalização é entender que a felicidade das pessoas está, em boa parte, na capacidade de usufruir da própria identidade cultural, da própria maneira de

²³ “As mudanças estruturais que as sociedades e o sistema internacional experimentam têm sido determinadas pela interacção entre três processos distintos: a globalização, a emergência da sociedade/economia do conhecimento e a sociedade em rede. Assim, assiste-se a um processo de globalização-locaização—achamada«glocalização»”. <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=808>

ver e dizer o mundo. Glocalização é localizar onde terminam as influências positivas e onde começam as ingerências perversas. Glocalização é localizar o global mas jamais deslocalizar o que temos de original. Glocalização é saber localizar o universal no nacional, mas jamais desnacionalizar o nosso pessoal”.²⁴

No que respeita à Guiné-Bissau, podemos mesmo falar de uma Informação comunitária - cerca de 30 rádios, um jornal “Dia-a-Dia” e três televisões (Quelélé, S. Domingos e, em Novembro de 2007, Lemberém) -. Para Jorge Handem, director da Escola de Formação Profissional “Artes e Ofícios”, o «desenvolvimento comunitário» é uma estratégia que gera e gere mudanças, umas menos outras mais conflituosas, e é sobre estas últimas que as Rádios Comunitárias devem intervir mais fortemente. “Por exemplo, acções junto das comunidades que praticam a queima de matas/florestas. Não basta uma ONG exigir à comunidade que cesse a actividade sob pena de prejudicar o ambiente, isto porque, existem pessoas que retiram daí o seu rendimento e defendem-se alegando que se trata de uma prática ancestral! Não é fácil intervir com uma acção de desenvolvimento comunitário que vise uma alteração radical de hábitos e comportamentos enraizados! Urge encontrar soluções alternativas - de que é exemplo o micro-crédito - que permitam às pessoas desenvolver outras actividades com as quais se identifiquem e que beneficiem o país. É aí que as Rádios Comunitárias desempenham o seu papel, informando os cidadãos das vantagens deste tipo de intervenção”.²⁵

Para a totalidade dos entrevistados, «desenvolvimento comunitário» significa: modéstia/humildade, estreita ligação entre tradição e modernidade, intervenção conjunta, simbiose entre recursos endógenos e exógenos e sinergia entre o SABER-SABER e o SABER-FAZER. Exemplo de uma estratégia de desenvolvimento comunitário eficaz é, sem dúvida, o Centro de Saúde do Bairro de Quelélé, cuja necessidade foi identificada pela Associação de Moradores (devido ao alto índice de mortalidade de mulheres grávidas) que pediu ajuda à AD (esta disponibilizou materiais de construção) que, por sua

²⁴ In: <http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=42&rv=Colunistas>.

²⁵ Declaração obtida a 12 de Fevereiro de 2007 numa entrevista presencial nas instalações da ONG AD.

vez, solicitou a intervenção de outros parceiros: Ministério da Saúde (contribuiu com médicos, enfermeiros e analistas); UNICEF (deu medicamentos); Câmara Municipal de Bissau (cedeu espaço para construção) e a própria Associação (mobilizou moradores que, numa lógica associativista, contribuiram com a sua mão-de-obra). Qual o papel da Rádio Comunitária Voz de Quelélé? “Mobilizou jovens para o trabalho voluntário na construção civil, mobilizou mulheres para cozinarem para os trabalhadores e acompanhou pormenorizadamente esta iniciativa que juntou diferentes actores de intervenção social. O sucesso de qualquer projecto de desenvolvimento depende, em grande parte, da participação activa e consciente de todos os beneficiários, através do diálogo, concertação e parceria sobre as acções a empreender”, acrescentou Handem.

Em suma, as Rádios Comunitárias actuam em prol da «comunicação para o desenvolvimento»²⁶ pois constituem um impulso suplementar a um esforço ou a uma acção pré-existente com vista ao desenvolvimento económico, social e cultural. A noção de partilha de ideias e de condutas para uma acção concreta está subjacente ao conceito suprarreferenciado. Este jornalismo participativo marca o nascimento de uma nova forma de comunicar, onde cada pessoa assume o papel de cidadão-repórter, que privilegia o serviço público em detrimento de quaisquer interesses político-ideológicos.

BIBLIOGRAFIA

ACEP, *Democratizar a palavra para democratizar a sociedade*. Lisboa, 2007.

²⁶ O desenvolvimento dirigido às pessoas só pode alcançar todo o seu potencial se a população rural se envolver no processo e tenha interesse na partilha de informação e conhecimento. A comunicação encarrega-se da dimensão humana do desenvolvimento: esta entabula um diálogo com a população rural, envolve-a na planificação do seu próprio desenvolvimento, fornece-lhes informação como base para a mudança social e transmite-lhes conhecimento e habilidades necessárias para melhorar a sua qualidade de vida. As metodologias e instrumentos de comunicação podem ajudar a superar as barreiras do analfabetismo, idioma, diferenças culturais e isolamento físico. (FAO 1996)

BOULC`H, Stéphane (2003). *Rádios Communautaires en Afrique de L`Ouest*. Bruxelles, COTA.

FARDON, Richard e FURNISS, Graham (2000). *African Broadcast Cultures: Radio in Transition*. Oxford, James Currey Publishing Group.

HYDEN, Goran e LESLIE, Michael (2003). *Media and Democracy in Africa*. New Jersey, Transaction Publishers.

KOUDAWO, Fafali Kokou e LIMA, Fernando (2000). *Pluralismo de Informação nos PALOP*. Lisboa, Principia Publicações Universitárias e Científicas.

PAULA, Patrícia Mota (2006). *Guiné-Bissau: os media em crise*. Tese de Mestrado em Estudos Africanos. Lisboa Instituto Superior da Ciência do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

PNUD, Índice de Desenvolvimento Humano 2007/2008: “Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido”.

QUADÉ, Pedro Fernandes (2001). *Formas de Comunicação Tradicional na Guiné-Bissau*. Bissau, UNICEF.

RIBEIRO, Catarina e DABO, Braima (2005). *Guia dos Recursos Humanos das ONG da Guiné-Bissau*. Lisboa, ACEP.

TUDESQ, André-Jean e NÉDÉLEC, Serge (1998). *Jornais e Rádios em África nos séculos XIX e XX*. Lisboa, INDE.

OUTROS DOCUMENTOS

Exercício INEP 2010: Estratégias para um Desenvolvimento Sustentável. Bissau, INEP, 2000.

Repertório “Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau 2003” - NOVIB (ONG Holandesa BOULC`H, Stéphane (2003). *Rádios Communautaires en Afrique de L`Ouest*. Bruxelles, COTA.

BAPTISTA, Ana (2004). *Relação das ONGD com os Média e a Opinião Pública*. Lisboa, INDE – Intercooperação e Desenvolvimento. Ficha Informativa nº 9.

Projectos: “Media de urgência na Guiné-Bissau” e “Palavras para o Desenvolvimento” (2004). Lisboa, INDE – Organização Cooperativa para a Intercooperação e Desenvolvimento.

QUADRO I - RÁDIOS COMUNITÁRIAS DA GUINÉ-BISSAU

* Rádios aderentes da Rede Nacional das Rádios Comunitárias da Guiné-Bissau (RENARC)				
	RÁDIOS EM FUNCIONAMENTO	LOCALIDADE	INICIATIVA DE... / APOIOS	
1.	Rádio Voz de Quelélé *	Bairro de Quelélé	José Henriques / ONG AD	1994
2.	Rádio DjanDjan *	Bubaque (Bijagós)	UICN	1995
3.	Rádio Kassumai *	S. Domingos	ONG AD	1995
4.	Rádio Lamparam *	Lemberém	ONG AD	1996
5.	Rádio Títidjene *	Suzana	Igreja Católica de Suzana	1996
6.	Rádio Wakilare *	Contuboel	APALCOF (Assoc. de Mulheres)	1997
7.	Rádio Antula Bono *	Bissau	Iniciativa Individual	2000
8.	Rádio Forréa *	Quebo	Iniciativa Individual	2000
9.	Rádio Djalicunda *	Farim	ONG Swissaid	2001
10.	Rádio Balafon *	Ingore (norte)	Iniciativa Individual / ONG AD	2001
11.	Rádio Papagaio *	Buba	-	2002
12.	Rádio Escola Eva Suzana *	Suzana	ONG AD / UICN	2002
13.	Rádio Bafatá *	Bafatá	ONG PLAN INTERNACIONAL	2002
14.	Rádio Voz de Cuntum Madina *	Bissau	Iniciativa Individual	2003
15.	Rádio Lua Nova de Quinhamel *	Quinhamel	Iniciativa Individual	2003
16.	Rádio Viva de Bula *	Bula	ASSOC. REDECO	2004
17.	Rádio Kossena *	Formosa (Bijagós)	ONG TINIGUENA / UICN	2005
18.	Rádio Voz de Algodão *	Gabú	Iniciativa Individual	2004
19.	Rádio Bijagós/Faspebi	Bijagós	ASSOC. FASPEDI (Igreja)	-
20.	Rádio Gabú *	Gabú	ONG AD	-
21.	Rádio Jovem *	Bissau	CNJ / RENAJ	2005
22.	Rádio Sintchã Occo *	Gabú	Rádio Pindjiguiti	2000
23.	Rádio Uler à Bandi *	Canchungo	ONG AD + ASSOC. ASA	2006
24.	Rádio Colinas de Boé *	Bissau	ONG DIVUTEC	2004
25.	Rádio Voz de Bandim	Bissau	-	-
26.	Rádio NDelugan	Biombo	-	2007
27.	Rádio Empada	-	-	2007
28.	Rádio Voz de Palmeira	Bissau	Iniciativa Individual	2007
29.	Rádio Sol Mansi **	Mansoa	Emissora Católica Guineense	2001

** Já integrou a RENARC. Actualmente, o seu estatuto de Rádio Comunitária é controverso devido à fonte de financiamento.
 NOTA: Recentemente surgiram duas novas estações: "Corânica de Mansoa" e "Safim" (RENARC).

Quadro II - Actuais Fontes de Financiamento

- Publicidade;
- Eventos para angariação de fundos;
- Patrocínios de programas por empresas e ONG's;
- Comunicados;
- Quotizações de Sócios;
- Venda de Programas a organizações internacionais e nacionais (UICS, PNUD, UNICEF, PLAN, etc.);
- Contratos para prestação de serviços;
- Subsídios do Governo;
- Doações;

Quadro III - ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS envolvidas no processo:

- Rede de Rádios Rurais dos Países em Desenvolvimento;
- Instituto PANOS ;
- Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC);
- Centro Técnico de Cooperação Agrícola e Rural (CTA) .

Quadro IV - ORGANIZAÇÕES NACIONAIS envolvidas no processo:

- União das Redes de Radiodifusão pela Democracia (UNIRR);
- Rede de Desenvolvimento Humano (CEMINA).

Quadro V - ONG ESTRANGEIRAS envolvidas no processo:

- NOVIB – Reforço da RENARC.
- INDE – Reabilitação das rádios comunitárias no pós - conflito armado.
- UICN – Formação de radialistas.
- SWISSAID – Organização de encontros nacionais das rádios comunitárias.
- PLAN Internacional e ACEP – Criação de Novas Rádio Comunitárias

TIPOS DE RÁDIOS

Rádios Públicas: geralmente financiadas pelo Estado mas de propriedade pública. Administradas com suposta independência do Governo. Orçamento determinado pelo Parlamento.

Rádios Comerciais: Serviço privado com fins lucrativos. Controlo privado por grupos comerciais independentes ou individuais.

Rádios Comunitárias: Serviço não lucrativo, cuja posse e controlo recai sobre uma comunidade particular sob forma de associação, sociedade fiduciária ou fundação.

Nalguns casos, podem ser propriedade de ONG's que operam no seio das comunidades.

Rádios Locais: Dirigidas para comunidades específicas que, todavia, não participam na sua gestão. Maior capacidade de antena/potência de emissão.



Instalações da Rádio, Jornal e Televisão Comunitários de Quelélé



Instalações da Rádio Jovem, Bairro de Cumtum



Instalações da Rádio Voz de Djalicunda



Jornalistas da Rádio Comunitária Voz de Quelélé preparam-se para o Jornal das 12 horas



Estúdio da Rádio Comunitária Voz de Quelélé



Homens Grandes falam à população de Quelélé em línguas locais



Jornalistas da Rádio Jovem preparam emissão do dia



Rádio Jovem aposta nas radialistas mulheres



Estúdio da Rádio Comunitária de Djalicunda